



A Gripe Asiática e o "Malogro" de Juscelino Kubitschek: História, Política e uma Epidemia Esquecida

Ramon Felipe Souza¹

RESUMO

O artigo discute como a epidemia de gripe de 1957, conhecida como gripe asiática, foi associada a uma das pastas mais importantes do recém-iniciado governo de Juscelino Kubitschek: o Ministério da Fazenda. A partir da análise de jornais brasileiros, relatórios oficiais, teses científicas publicadas no contexto da epidemia e revisão bibliográfica de literatura pertinente à discussão sobre história e epidemias, argumentamos que a gripe em sua forma pandêmica foi enquadrada de maneira específica por processos sociais e políticos relacionados à agenda de desenvolvimento do Brasil na década de 1950. Contar a história da epidemia de 1957 é uma forma de ampliar o jeito de tratar a história do Brasil em um período frequentemente analisado sob a ótica político-econômica do desenvolvimento.

Palavras-chave: história da saúde; epidemia; gripe asiática; Juscelino Kubitschek, desenvolvimento.

¹ Doutor em História das Ciências e da Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz. Bolsista de Pós-Doutorado Nota 10 da FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Processo SEI-260003/008582/2024). ORCID: 0000-0001-7566-6323. E-mail: ramon.felipe@live.com

Existe uma estrutura narrativa observável nos eventos epidêmicos. Vários autores a recuperam de diferentes formas, mas um nome comumente citado é o do historiador estadunidense Charles Rosenberg (1992), para quem a narrativa comum em eventos epidêmicos dá, em quatro atos, forma a uma “dramaturgia das epidemias”². O primeiro momento seria a negação do episódio epidêmico, seguido pela busca de explicações de diversos tipos, o surgimento de respostas mais efetivas e coletivas ao fenômeno epidêmico e, por fim, a retrospecção e esquecimento da epidemia. Em termos do chamado roteiro das epidemias, muito se tem discutido acerca das três primeiras etapas (negação, resignação e retrospecção) e pouco sobre o esquecimento.

Mais do que um recurso narrativo, o esquecimento, segundo Hochman e Birn (2021), denota relações com um passado incômodo, envolvendo avaliações sobre omissões e decisões tomadas e os seus efeitos díspares em termos de classes sociais.³ Um dos estudos mais emblemáticos sobre essa dimensão da dramaturgia das epidemias pode ser encontrado na obra de Crosby (2003), que analisa o impacto da devastadora experiência da gripe de 1918, denominada por ele como a “epidemia esquecida”. A epidemia de influenza de 1918 é amplamente reconhecida como uma das mais letais da história, com estimativas de mortalidade que variam entre 20 e 100 milhões de óbitos no mundo. Ainda assim, diante dos desdobramentos da Primeira Guerra Mundial e, especialmente, da crise de 1929, esse evento dramático da humanidade foi ofuscado e relegado ao esquecimento. Conforme os apontamentos de Crosby (2003), isso ocorreu inclusive entre historiadores, mais interessados em investigar os campos da economia e da política.⁴

Há um consenso na literatura científica de que populações em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica estão desproporcionalmente expostas aos efeitos de doenças infectocontagiosas, como no caso de epidemias de gripe.⁵ Assim, embora alguns especialistas peçam cautela e reforcem a máxima de que o

² Charles E. Rosenberg, *Explaining Epidemics and Other Studies in the History of Medicine*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

³ Gilberto Hochman e Anne-Emanuelle Birn, *Pandemics and Epidemics in Historical Perspective: An Introduction*, *Topoi* (Rio de Janeiro) 22 (2021): 577–587, p.581.

⁴ Alfred W Crosby, *America's Forgotten Pandemic: The Influenza of 1918*. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

⁵ José Maria de Castro Abreu Júnior, *O vírus e a cidade: rastros da gripe espanhola no cotidiano da cidade de Belém (1918)*. Tese [doutorado], Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2018.

conhecimento histórico não fornece lições sobre o que aconteceu. É preciso considerar, como destacam Hochman e Birn (2021), que o reconhecimento da complexidade do passado não pode ser paralisante, assim como deve ser evitadas lições superficiais motivadas por um fascínio momentâneo pela história⁶ – que não é monopólio dos historiadores.⁷

Portanto, no nosso entendimento, a história tem um importante papel na contextualização das condições estruturais e culturais do país que têm sido fundamentais na definição de quem vive e morre, em cada situação. No caso brasileiro, destacam-se as deficiências sistemáticas no saneamento básico, acesso à educação, boas condições de moradia, insegurança alimentar e precária assistência médica, entre outros aspectos fundamentais para qualidade de vida. Em um país marcado por quase quatro séculos de escravidão, essas condições têm nome e constituem o racismo estrutural brasileiro – e isso deve ser sempre considerado.

Nesse contexto, embora a metáfora da “dramaturgia das epidemias” ajude a compreender a estrutura narrativa que muitas vezes acompanha eventos epidêmicos, ela é limitada, pois, como apontou Souza (2007)⁸, não consegue dar conta da diversidade do contexto ou a complexidade da sociedade em que a doença se manifesta. No Brasil, o fracasso no enfrentamento do racismo e das desigualdades contribuem significativamente para compreender o apagamento das memórias de epidemias que atingem, de forma mais dura, os grupos historicamente marginalizados.

Portanto, independentemente da existência ou não de lições a serem extraídas da história, diante dos efeitos devastadores de uma epidemia, é imperativo que os historiadores – conforme aponta Peter Burke (1992)⁹, cuja função é sempre recordar aquilo que a sociedade tende a querer esquecer – se empenhem em contextualizar e ressaltar que, embora as soluções tecnológicas empregadas no combate a epidemias, como vacinas e medicamentos, sejam essenciais, estas não são suficientes. Sem uma mudança substancial nas condições de vida da população brasileira, especialmente das

⁶ Hochman and Birn, *Pandemics and Epidemics*, 577–587.

⁷ Caroline Silveira Bauer e Fernando Felizardo Nicolazzi. O historiador e o falsário: Usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. *Varia Historia* 32, no. 60 (2016): 807–835.

⁸ Christiane Maria Cruz Souza., *A Gripe Espanhola na Bahia: Saúde, Política e Medicina em Tempos de Epidemia*. Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, 2007, p.41.

⁹ Peter Burke, *A História como Memória Social: O Mundo como Teatro* (Lisboa: Difel, 1992).

populações negras e em situação de vulnerabilidade social, elas continuarão a ser as mais expostas, não apenas em epidemias passadas, mas também em contextos contemporâneos e futuros.

Diante disso, no *hall* das epidemias esquecidas, localizamos a segunda epidemia de influenza no século XX, a epidemia de 1957, que se espalhou pela Ásia, nos Estados Unidos, na Europa e na América do Sul, e ficou conhecida como gripe asiática. Trabalhos científicos, como o de Brandão (1958)¹⁰, publicados na ocasião da pandemia escassearam ao longo do tempo. Nas décadas seguintes, as abordagens ficaram restritas aos campos da virologia, imunologia, vacinologia e epidemiologia que tratavam de eventos epidêmicos causados por subtipos do vírus Influenza A nos séculos XX e XXI.

Segundo Hochman, as poucas análises históricas sobre a pandemia de 1957 buscam inseri-la num processo mais amplo, no qual a gripe asiática seria mais um evento, com menor impacto, em um conjunto de epidemias e pandemias. Essa epidemia continua sendo um “evento global ignorado pela historiografia brasileira e ainda pouco abordado pela literatura internacional sobre a história das epidemias”¹¹, configurando, assim, o foco deste artigo.

A epidemia de gripe de 1957 ocorreu em um momento significativo, quando, pela primeira vez, a saúde pública foi incluída no programa de um candidato à presidência do Brasil, a saber, Juscelino Kubitschek. Na proposta, o então candidato, também médico, apresentou um diagnóstico detalhado da situação sanitária do país e sugeriu 18 metas para enfrentar o que ele considerava os principais problemas de saúde pública.¹² No entanto, durante sua gestão, a saúde não se tornou prioridade, sendo preterida em favor do crescimento econômico por meio da industrialização. A epidemia de gripe, que eclodiu no início de sua administração, ajuda a evidenciar essa escolha. Em vez de medidas voltadas ao bem-estar e à saúde da população, as ações em saúde foram verticalizadas e fortemente baseadas em investimentos em tecnologias e medicamentos, levando em pouca consideração as condições sociais locais.

¹⁰ Brandão, Helvécio. *Capacidade protetora da vacina contra a gripe asiática*. Prova de provimento de cátedra, Universidade de São Paulo, 1958. Disponível em: <https://colecoes.abcd.usp.br/fsp/items/show/3279>. Acesso em 6 de maio de 2024.

¹¹ Hochman and Birn, *Pandemics and Epidemics*, p.3-6.

¹² Gilberto Hochman., “O Brasil não é só doença”: O Programa de Saúde Pública de Juscelino Kubitschek.” *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* 16 (2009): 313–331.

Nosso argumento destaca que a epidemia de gripe na década de 1950 contribuiu para complexificar o entendimento sobre esse período, demonstrando que, embora o desenvolvimento tenha sido a marca mais evidente do governo Juscelino Kubitschek, não foi a única. A maior parte da produção historiográfica sobre esse período, especialmente sobre o governo Kubitschek, tem se concentrado em temas relacionados aos aspectos econômicos, políticos e às relações internacionais, além do grande marco de sua gestão: a construção de Brasília. Os aspectos sociais e ligados à saúde nesse período ainda são objeto de poucos estudos.¹³ No entanto, merecem destaque, para esse recorte temporal, a tese de Silva (2008)¹⁴ e o seu artigo em coautoria com Paiva sobre a malária¹⁵; o livro de Muniz (2009)¹⁶ sobre a boubá; e o artigo de Hochman (2009)¹⁷, que analisa a articulação entre saúde e desenvolvimento no programa de governo de Juscelino Kubitschek enquanto candidato à presidência da República.

Em nossa discussão, a partir de abordagens da História ambiental e da História da Saúde e das Doenças, pretendemos demonstrar que, embora as questões sociais e de saúde não tenham sido prioritárias de um ponto de vista da agenda política brasileira, são elementos que ajudam a ampliar formas de contar a história do país. De acordo com Worster (1991)¹⁸, a história ambiental pode ser definida como um esforço revisionista para tornar a disciplina da história muito mais inclusiva. Apesar de não possuir uma origem canônica, esse historiador afirma que a história ambiental se consolida na década de 1970 como parte de uma reavaliação, em escala global, da relação da humanidade com o planeta. Nesse sentido, não se trata de reduzir a análise histórica à dimensão ambiental, mas de compreender que a história humana não ocorre em um cenário estanque, dissociado do mundo biofísico.

A perspectiva da história da saúde, por sua vez, também se consolidou como um campo específico do saber no final do século XX. Essa abordagem procura demonstrar como os processos de saúde e doença – como a experiência do adoecimento, por

¹³ Ibid, p. 315-316.

¹⁴ Renato da Silva., *Malária e Desenvolvimento: A Saúde Pública no Governo JK (1956–1961)*. Tese de doutorado, Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, 2008.

¹⁵ Renato da Silva e Carlos Henrique Assunção Paiva., "O Governo JK e o Grupo de Trabalho de Controle e Erradicação da Malária no Brasil: Encontros e Desencontros nas Agendas Brasileira e Internacional de Saúde, 1958–1961." *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* 22 (2015): 95–114.

¹⁶ Muniz, Érico Silva. *Basta Aplicar uma Injeção? Desafios e Contradições da Saúde Pública nos Tempos de JK (1956–1961)*. Rio de Janeiro: SciELO–Editora Fiocruz, 2013.

¹⁷ Hochman, "O Brasil não é só doença", p. 320.

¹⁸ Donald Worster, "Para Fazer História Ambiental," *Estudos Históricos* 4, no. 8 (1991): 198–215.

exemplo – envolvem diferentes saberes, práticas, instituições e atores, humanos ou não humanos. No Brasil, a história da saúde vem se afirmando como parte constitutiva da medicina social e da saúde coletiva, em dimensões como a produção de conhecimento e a denúncia das mazelas sanitárias do país.¹⁹ Torna-se evidente, portanto, a aproximação entre os cânones da história ambiental e da saúde. É a partir do diálogo com esses campos que este texto se estrutura.

Conforme Rosenberg (1992), as doenças devem ser compreendidas como simultaneamente fenômenos biológicos, sociais e culturais.²⁰ Uma vez nomeadas e enquadradas a partir de esquemas interpretativos e classificatórios socialmente partilhados, as doenças também atuam como “molduras” a “enquadrar” e conferir sentidos particulares à vida social em cada contexto histórico. É a partir dessa perspectiva que discutimos, neste artigo, como a gripe de 1957 – esquecida tanto pela sociedade quanto pela historiografia em sua forma pandêmica – recebeu enquadramentos específicos no Brasil da era do desenvolvimento. Argumentamos que a epidemia de 1957 foi associada ao governo do recém-empossado Juscelino Kubitschek. O vírus da gripe de 1957 também pareceu incidir sobre uma das áreas mais importantes do governo desenvolvimentista, a economia.

A GRIPE DE 1957 E A OPERAÇÃO ASIÁTICA

Era fevereiro de 1957 quando uma epidemia provocada pelo vírus influenza do subtipo A (H2N2) se espalhou pelo globo desde a China. A doença ficou conhecida como “Gripe de Singapura”, “Gripe Indiana” e, principalmente, “Gripe Asiática”. Aquele ano também era o segundo ano do governo de Juscelino Kubitschek que, pelos jornais do país, acompanhava o medo da sociedade brasileira de ser atingida pela gripe.

Como afirmou Hochman (2021), meses antes da confirmação do primeiro caso no Brasil, a imprensa já havia materializado a gripe asiática para seus leitores e, por meio deles, para a sociedade brasileira.²¹ Assim, antes mesmo da confirmação dos primeiros casos no país, a epidemia já alterava o cotidiano nas cidades. Há registros do

¹⁹ Luiz Antonio Teixeira, Tânia Salgado Pimenta e Gilberto Hochman, “História da saúde no Brasil,” in *História da saúde no Brasil* (Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018), 485.

²⁰ Rosenberg, *Explaining Epidemics*.

²¹ Gilberto Hochman, “A gripe asiática vem aí! Crônica de uma pandemia antes de sua chegada (Brasil, 1957),” *Revista Ciencias de la Salud* 19, SPE (2021): 1-22, p. 6.

disparo do preço do limão e dos medicamentos antigripais. Em Recife, por exemplo, alguns donos de farmácias alegavam que a alta no preço desses produtos se justificava pelo esgotamento do estoque de medicamentos.²²

A princípio, os jornais brasileiros destacaram que a doença não avançaria em território nacional. Contudo, o vírus deu a volta ao mundo em menos de dez meses. Em duas ondas, 1957-1958, os principais sintomas da doença foram dores no corpo, febre alta e coriza.

Brandão (1958), que escreveu tese sobre saúde pública na ocasião da epidemia de 1957, traçou um histórico do avanço da epidemia de gripe pelo mundo desde junho de 1957 nos Estados Unidos e, posteriormente, na Europa a partir da qual ocorreram surtos que se tornaram cada vez mais numerosos. Citando dados da Associação Médica Americana, entre setembro e novembro daquele ano, a estimativa era entre 15 e 20 milhões de casos de gripe naquele país. Segundo Lemos, nos Estados Unidos ocorreram cerca de 70.000 óbitos.²³ Na Europa, a Inglaterra registrou cerca de 30.000 mortes e no País de Gales pelo menos 6.716 mortes podem ser atribuídas à epidemia de gripe. Dados do mesmo autor, indicam que o Chile, na América do Sul, foi atingido em todo o seu território, com mais de 1 milhão de pessoas acometidas pela doença. A capital do país, a cidade de Santiago, na época com população de 1 milhão, registrou 750.000 casos e 1.200 óbitos. Do Chile, a epidemia se alastrou para a Argentina, começando com maior intensidade nas províncias andinas.²⁴

Com seu avanço facilitado por vias fluviais e aéreas, deste último país, o vírus influenza atingiu facilmente o território brasileiro, a partir do município gaúcho de Uruguaiana, na fronteira com a Argentina. Esses meios de transportes criaram condições materiais ideais para a proliferação do vírus da influenza, que penetra no organismo através das mucosas do trato respiratório ou dos olhos e dissemina-se para a corrente sanguínea atacando as células a partir daí.²⁵ Além desse modo de transmissão, o contágio pode ocorrer indiretamente através do ato de tocar regiões de

²² *Diário de Pernambuco*, Recife, 5 jul, 1957, p. 1.

²³ Daniele Rocha Queiroz Lemos, *Cenários de pandemia de Influenza A (H1N1) 2009 no Ceará: padrões de morbimortalidade* (dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará, (2013), p. 49.

²⁴ Helvécio Brandão, *Capacidade protetora da vacina contra a gripe asiática* (provimento de cátedra, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1958), disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000726854>, acesso em: 14 maio 2024.

²⁵ Estela Oliveira et al., "H1N1, revisão literária a respeito do histórico da existência do vírus e seu impacto na atualidade," *Ensaio e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde* 17, no. 1 (2013): 97-108.

mucosa como olhos, boca ou nariz com as mãos infectadas.²⁶ No Brasil, os primeiros casos foram registrados em julho e na segunda quinzena de agosto de 1957.

O grau de letalidade da gripe de 1957 era menor do que o da epidemia de gripe de 1918. E, ao contrário do que do contexto em que ocorreu essa última, a tecnologia biomédica do período rapidamente pôde produzir repostas eficazes à situação. Enquanto, em 1918, as estimativas apontam entre 20 e 100 milhões de óbitos, poucas décadas depois o mundo já dispunha de antibióticos e vacinas contra o vírus influenza que, por sua vez, foi identificado e isolado por cientistas britânicos na década de 1930.²⁷

A vacina contra a epidemia de 1957 foi desenvolvida no mesmo ano na Inglaterra e se tornou a principal apostas das autoridades mundiais de saúde no controle da epidemia. Após a confirmação dos primeiros casos no sul do país, o jornal *O Poti* de Natal, Rio Grande do Norte, alertava que aviões vindos do Chile e da Argentina, poderiam trazer a gripe aquela capital, portanto, seria necessário “exigir certificado de vacinação dos tripulantes”.²⁸

No entanto, isso não significa que a população tenha aceitado passivamente o uso da vacina. Registros de jornais, por exemplo, apontam para uma desconfiança em relação à rapidez com que as vacinas foram produzidas. Esse aspecto é particularmente relevante, pois sugere que a ciência disputa constantemente a primazia da autoridade no debate público, sendo uma construção contínua voltada para o convencimento da sociedade acerca da eficácia e validade de seus produtos. Estima-se que a doença tenha causado entre dois e quatro milhões de mortes em todo o mundo.²⁹

Além das tecnologias biomédicas, merece destaque o trabalho da Organização Mundial da Saúde (OMS). A agência monitorou os casos da gripe de 1957 em vários países e compartilhou instruções. No dia 17 de maio, quando a OMS recebeu as primeiras notificações da doença, em seguida, anunciou a ocorrência da gripe em outras partes do globo, prevendo uma epidemia com ampla extensão geográfica. Então, esse órgão

²⁶ Ricardo Veronesi et al., *Tratado de Infectologia*, 4ª ed. revista e atualizada (São Paulo: Editora Atheneu, 2009), 2249-2256.

²⁷ Michael Bresalier, "Uses of a Pandemic: Forging the Identities of Influenza and Virus Research in Interwar Britain," *Social History of Medicine* 25, no. 2 (2012): 400-424.

²⁸ *O Poti*, Natal, 21 ago. 1957, p.1.

²⁹ Cécile Viboud et al., "Global Mortality Impact of the 1957–1959 Influenza Pandemic," *The Journal of Infectious Diseases* 213, no. 5 (2016): 738–745.

encaminhou amostras do novo vírus a alguns laboratórios para produção de vacinas³⁰ – isso incluiu laboratórios brasileiros. No estado de São Paulo, por exemplo, Instituto Adolfo Lutz e Butantan isolaram o vírus no início de setembro, em seguida, o vírus também foi identificado no Rio de Janeiro pelo Instituto Oswaldo Cruz e pelo Instituto de Microbiologia da Universidade do Brasil – hoje, respectivamente, Fundação Oswaldo Cruz e Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ainda naquele ano, o vírus foi identificado e isolado em Belo Horizonte (Instituto Ezequiel Dias), Salvador (Instituto Biológico da Bahia), Rio Grande do Sul (Instituto e Pesquisas Biológicas) assim como nos estados do Amazonas, Sergipe e Pará (Instituto Evandro Chagas)³¹.

Em 1957 uma das primeiras providências do Ministério da Saúde foi solicitar a abertura de crédito especial para dobrar atenção a saúde pública nos portos e aeroportos brasileiros. A princípio, o pedido foi negado pelo Tribunal de Contas, que alegou que o ministério havia solicitado recursos sem ressaltar o caráter de urgência e, segundo o tribunal, o país não corria risco de contágio. A decisão seria baseada “no regime de contenção de despesas”³². Após duras críticas da imprensa e pressão política, a decisão foi revertida com o argumento de que a concessão evitaria uma “calamidade” indesejada.³³

Segundo Hochman (2021), naquela altura, Juscelino Kubitschek não havia sido atingido pelas críticas da imprensa que, em sua maioria, foram dirigidas ao ministro da saúde. O autor lembra que o ministro, assim como o presidente, tinha sobrevivido à epidemia de 1918 e tinham a memória do que era preciso para combater uma epidemia. No entanto, em 1957, a saúde pública não figurava entre as prioridades políticas de Kubitschek. O foco de seu governo concentrava-se no Plano de Metas, voltado ao desenvolvimento nacional, e na construção de Brasília.

Depois de dois meses de silêncio, o presidente da República convocou uma reunião com ministros, além de governadores de Estado, o prefeito do Rio de Janeiro e autoridades militares. Essa convocação foi anunciada em discurso oficial por rádio, o único de Juscelino Kubitschek sobre a gripe asiática, para indicar que o governo

³⁰ Ligia Maria Cantarino da Costa, *Avaliação do sistema de vigilância epidemiológica da influenza no Brasil, 2010–2013* (tese de doutorado, Universidade de Brasília, Faculdade de Ciências da Saúde, 2015, p.44.

³¹ Brandão, *Capacidade protetora da vacina*, p.26-27

³² *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 jun.1957, p.5-11.

³³ Hochman, “A gripe asiática vem aí!”, p. 52.

acompanhava com preocupação a marcha da epidemia na América do Sul apesar de não ter “letalidade apreciável”³⁴. A reunião ocorreu no dia 12 de agosto de 1957, das 10h40 às 11h23, no salão azul do Palácio do Catete. O *Jornal do Brasil* destacou a ocasião como a abertura de “fogo contra a gripe”³⁵.

Além do presidente da República, estiveram presentes o chefe do gabinete civil e militar, ministros do governo, entre outras autoridades públicas e médicos. O encontro ocorreu entre “acessos de tosse, espirros, olhos injetados e lenços nas mãos.” Esse evento instituiu a Comissão Especial de Estudo e Planejamento do Combate à Gripe (CEEPCG) que tinha dentre suas principais resoluções: a) centralizar a ação executiva referente a defesa da gripe; b) solicitar os governadores que apressem as constituições de comissões estaduais e locais do mesmo tipo, a fim de que se ponham com comunicação constante coma comissão central, mantendo-a informada de qualquer surto epidêmico assinalado. Foi também dessa reunião que se chegou à conclusão que a epidemia no país seria inevitável e que era limitada a capacidade brasileira de produção de vacinas. Posto isto, foi também estabelecido após a assinatura do presidente a abertura de um crédito de 30 milhões de cruzeiros para o combate à gripe. Mais aspectos de medidas tomadas após a referida reunião são descritos a seguir:

- 1) Dar a comissão de estudos e planejamento no combate a gripe, organizada no Ministério da Saúde, plenos poderes para entendimento direto com as autoridades federais, estaduais e municipais e autarquia no concerto e providências necessárias ao combate à gripe
- 2) O Presidente da República telegrafara aos governadores realçando a necessidade de serem organizadas comissões estaduais e municipais à semelhança da instituída no Ministério da saúde, para o fim de organizarem medidas de combate à gripe e assistência medica;
- 3) Congelamento de preços dos antibióticos, sulfas e antitérmicos de uso no tratamento da gripe;
- 4) Estimular a produção da vacina específica para a gripe asiática:
- 5) Facilitar as comunicações radio telegráficas interior do país com o gabinete do Ministro da saúde para manter constante comunicação sobre o estado sanitário do país:
- 6) Apelo as Universidades e à classe médica brasileira para cooperar na eventual assistência médica as populações na hipótese de surto da epidemia da gripe asiática;

³⁴ *Ibid.*, p. 69.

³⁵ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 ago. 1957, p.7.

7) Íntima colaboração do setor de abastecimento e de transportes com a comissão do Ministério da Saúde para as providências que se tornarem necessárias.³⁶

Uma vez instituída, a CEEPCG publicou boletins epidemiológicos e atualizou os estados brasileiros sobre o avanço da doença. Outra ação desta comissão, que envolveu o Ministério da Saúde, refere-se a sua participação no simpósio organizado pela Associação Médica Brasileira (AMB), na primeira quinzena de agosto de 1957 para discutir a propagação da gripe desde seu aparecimento no Oriente, no início daquele ano.

Toda a mobilização do governo federal foi descrita pelo jornal *Tribuna da Imprensa* como a “Operação Asiática”. O termo “Operação”, como veremos, teve uso recorrente na cena pública do período, seu uso buscava evocar certa rigidez e um caráter de disciplina militar nas ações. Esses elementos comungam com aspectos da chamada *cultura da sobrevivência*, analisada por Cueto e definida como “*una solución temporal sin enfrentarse a los problemas sociales que originaban las infecciones*”, deixando um legado na saúde pública da América Latina³⁷. A cultura da sobrevivência reforçava a crença de que novas ferramentas tecnológicas, assim como uma melhor administração por parte de especialistas, resolveriam problemas sociais e de saúde complexos no continente. Entretanto, apesar do jargão “operação asiática” e de ter representado um desafio nos primeiros meses do governo de Juscelino Kubitschek, o episódio epidêmico de 1957 foi rapidamente esquecido nos debates públicos e, mesmo no meio acadêmico, tornou-se objeto de poucos estudos.³⁸

De acordo com Hochman (2021), a imprensa carioca se dividiu na avaliação do resultado dessa reunião presidencial. O autor argumenta que em seu conjunto, as ações constituíram-se mais um contíguo de intenções e recomendações gerais, “como estimular a produção de vacinas por diferentes instituições e apelar para o auxílio das universidades públicas e entidades médicas na divulgação de medidas preventivas e na assistência à população”.³⁹ Assim, conforme indica esse autor, as principais e mais

³⁶ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 13 ago. 1957, p.7.

³⁷ Marcos Cueto, La ‘cultura de la sobrevivencia’ y la salud pública internacional en América Latina: la Guerra Fría y la erradicación de enfermedades a mediados del siglo XX, *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* 22, no. 1 (2015): 255–273, p. 256.

³⁸ Hochman, A gripe asiática vem aí!,

³⁹ *Ibid.*, p.12.

concretas ações foram a concessão de verbas extraordinárias; campanhas de educação sanitária; a concessão de plenos poderes para a resposta à emergência para a CEEPCG a coordenação dos serviços nas diferentes esferas de governo e o levantamento dos estoques e controle dos preços de remédios e antibióticos mais utilizados.

Acerca da gestão de Juscelino Kubitschek é preciso lembrar que 1957 era o segundo ano de seu governo. De modo coerente com sua campanha eleitoral, Kubitschek tinha perspectiva de contrapor a imagem do país emoldurada no aforismo do médico Miguel Pereira, que no início daquele século afirmava: o Brasil era um imenso hospital. Assim, com seu programa de saúde, o então presidente buscou trazer para debate público sob a acunha de “doenças de massa”, as endemias rurais, doenças conhecidas pela sociedade brasileira, que se referiam basicamente a doenças infecciosas e parasitárias.⁴⁰ Dessa forma, assim que tomou posse, o presidente autorizou a criação, em março de 1956, do DNERu. Esse órgão unificava vários serviços nacionais criados em 1941 para lidar com as doenças tais como malária, leishmaniose, doença de Chagas, peste, brucelose, febre amarela, esquistossomose, ancilostomose, filariose, hidatidose, bócio endêmico, boubas e tracoma. Vários centros de pesquisa do Ministério da Saúde, inclusive o Instituto de Malariologia, foram unificados no Instituto Nacional de Endemias Rurais (INERu), subordinado ao DNERu.

O novo departamento uniu as preocupações com a saúde ao projeto de desenvolvimento econômico de Juscelino Kubitschek, na medida em que articulava o combate às endemias às causas que eram percebidas como suas origens estruturais – ou seja, pobreza, fome e desemprego. As ações desse novo órgão expressaram de forma clara o otimismo científico característico do século XX, especialmente intensificado no período pós-Segunda Guerra Mundial. Com o alinhamento do Brasil aos interesses do bloco capitalista na nova ordem internacional – marcada pela dinâmica da Guerra Fria, com os Estados Unidos de um lado e a União Soviética de outro –, o combate às doenças endêmicas em território brasileiro passou a significar também a incorporação de novas regiões à lógica capitalista. Nesse contexto, buscava-se transformar áreas insalubres e improdutivas.

⁴⁰ Hochman, *O Brasil não é só doença*, p. 314.

Desse modo, as ações em saúde caracterizavam-se mais como medidas pontuais do que como iniciativas educativas ou serviços de assistência sistemáticos e duradouros para a população. Na conjuntura da pandemia de 1957, como foi destacado na imprensa de estados como Maranhão e Ceará, a tecnologia da vacina, por si só, não foi suficiente para conter os efeitos da epidemia.

O Brasil daquele período possuía uma população majoritariamente rural, com pouco mais de 50 milhões de pessoas. O Nordeste, com 16.4 milhões de habitantes, representando 32% da população brasileira, era uma das áreas mais densamente povoadas do país e ao mesmo tempo assistia o êxodo de sua população. Esse deslocamento, no entanto, não se devia apenas à seca, mas também a ações estatais, como a construção de açudes e vias públicas, que, ao invés de promoverem meios pacíficos de enfrentar as tensões regionais e gerar mudanças sociais, acabavam por reforçar estruturas sociais já consolidadas.⁴¹ Muitos desses açudes, por exemplo, eram construídos em terras de fazendeiros e políticos locais, que passavam a controlar o acesso à água, aprofundando as desigualdades existentes.

Nesse sentido, cada vez mais jornais – especialmente os nordestinos – criticavam a recorrente recomendação de que, para combater a gripe, seria necessário manter uma boa alimentação, algo que dificilmente poderia ser cumprido pela maior parte da população desses estados. No *Diário de Pernambuco*, ao noticiar a incidência da epidemia de gripe no Ceará, destacou-se que o combate à doença exigiria, “além dos remédios”, uma alimentação rica em vitaminas, sem a qual o doente sucumbiria em pouco tempo. Nessas circunstâncias, continua o jornal, seria “fácil de imaginar os efeitos funestos de um surto de gripe asiática como este que ora se abate sobre todo o Ceará” – um dos últimos estados a registrar casos da doença. Em pouco mais de uma semana circulando pela capital, Fortaleza, o vírus já teria feito mais de 70 mil vítimas, e estimava-se que os casos pudessem chegar à casa dos duzentos mil.⁴²

O jornal carioca *Tribuna da Imprensa* destacou que, quando a epidemia teve início, as autoridades sanitárias brasileiras afirmaram que se tratava de uma enfermidade benigna e que “não havia nada demais”. Entretanto, naquela altura –

⁴¹ Eve E. Buckley, *Tecnocratas e a política de seca e desenvolvimento no Brasil do século XX*, trad. Cynthia Costa (Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2021).

⁴² *Diário de Pernambuco*, Recife, 17 nov. 1957: 6

agosto de 1957 –, a epidemia já estaria, segundo o jornal, “brincando de chicotinho com o governo”, pois “sai de um e vai para outro”. Naquele período, teriam sido acometidos pela gripe o ministro da Saúde, Maurício de Medeiros, e toda a sua família, além do ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott. Segundo a *Tribuna*, inclusive, este último seria favorável à demissão do primeiro. Foram recorrentes também as especulações acerca do estado de saúde do próprio presidente da República⁴³. Era setembro de 1957 quando o jornal *O Poti* afirmava que a doença teria conseguido penetrar “até no palácio das laranjeiras”, haja vista que as duas filhas do presidente adoeceram⁴⁴.

Houve casos fatais entre as autoridades, como em 1958, em uma segunda onda, a doença levou a óbito o titular da pasta da Marinha, o almirante Alves Câmara⁴⁵. Não há dados oficiais sobre o número de casos no Brasil. Arrolamos alguns dados disponibilizados na imprensa. Ao final de 1957, jornais como o *Diário de Notícias* e *Tribuna da Imprensa* noticiavam que a cidade do Rio de Janeiro, então capital do país, chegaria a um milhão de “atacados pela asiática”. Os jornais baseavam-se na análise de sanitaristas que afirmavam que apenas um em cada cinco gripados notificava o caso à saúde pública. Até aquele momento, outubro de 1957, havia cerca de 209.996 registros nos serviços de saúde no distrito federal. O total de óbitos na cidade era de 414.⁴⁶ O *Diário de Pernambuco* em nota afirmou que a “gripe Singapura” teria chegado ao Recife a bordo de um “luxuoso pacote”. Segundo o jornal, a moléstia tomou conta da população da capital pernambucana e em pouco mais de um mês contraíram gripe cerca de 293.199 pessoas, o total de óbitos foi de 250. Os dados sobre a doença no interior também não foram levantados com precisão, mas o periódico afirmava que as autoridades contariam no hinterlândia daquele estado 90 mil pessoas atacadas pela influenza⁴⁷. Em Maceió, capital do estado de Alagoas, houve a incidência de 4.541 casos de indivíduos, havendo o registro de apenas 6 óbitos⁴⁸. No Piauí, até o dia 23 de

⁴³ *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 9 ago.1957: 3.

⁴⁴ *O Poti*, Natal, 22 set.1957:1.

⁴⁵ *O Poti*, Natal, 15 ago.1958: 1.

⁴⁶ *Tribuna da Imprensa*, 1 out.1957, p. 2 & *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 13 nov.1957, p. 6.

⁴⁷ *Diário de Pernambuco*, Recife, 1 jan.1958, p 26.

⁴⁸ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 out.1957: 4.

novembro de 1957, teriam sido calculados cerca de 28 óbitos em consequência da gripe, e um total de 13.243 gripados⁴⁹.

Em um rápido balanço das atividades durante o ano de 1957, o ministro da Saúde destacou o episódio epidêmico como um “acontecimento imprevisto e extraordinário” e o fato mais importante ligado ao seu ministério naquele ano⁵⁰. O episódio revelou a incapacidade brasileira de produzir vacinas para atender toda a população. Além disso, demonstrou problemas endêmicos no país, como a fome, que comprometeu o potencial das tecnologias biomédicas como solução para a crise que acometeu o país. Foi recorrente a denúncia na imprensa, por exemplo, de doenças nada novas para a sociedade brasileira – tuberculose, tifo, que estavam matando tanto quanto a própria gripe. No contexto pandêmico da gripe de 1957-1958, outros desafios também se impunham à gestão de Juscelino Kubitschek e acabaram por se entrecruzar com o cenário epidêmico.

A GRIPE E JOSÉ MARIA ALKMIN, O AMIGO E MINISTRO DE JUSCELINO KUBITSCHKEK

O ministro da Fazenda do governo de Juscelino Kubitschek, José Maria Alkmin (1901-1974), viajou à Argentina para participar da Conferência Econômica dos Estados Americanos em Buenos Aires organizada pela Organização dos Estados Americanos (OEA). A conferência tinha como pautas principais: I – Convênio Econômico Geral; II – Desenvolvimento Econômico; III- Comércio Exterior; IV – Cooperação Técnica; V- Transporte. Realizado entre 14 de agosto a 4 de setembro de 1957, o evento da OEA ocorreu em um período em que o vírus da epidemia de gripe já circulava na capital argentina. Alkmin participou do evento e contraiu a gripe. O seu estado de saúde repercutiu na imprensa brasileira de modo negativo.

A epidemia incidiu sobre o território argentino em clima de inverno e de agitação política. O país estava em plena atividade da Revolução Libertadora, ditadura cívico militar que encerrou o segundo mandato presidencial de Juan Domingo Perón (1895-1974) em 1955. Na ocasião, a sociedade argentina se recuperava de uma epidemia de poliomielite, que em 1956 teria afetado cerca de 6.5000 crianças provocando na

⁴⁹ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 dez.1957: 4.

⁵⁰ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1 fev1958, p. 2.

grande maioria paralisia infantil.⁵¹ Esse era o quadro mais geral da Argentina quando no decurso do evento da OEA, o ministro Alkmin contraiu gripe e se viu impedido de regressar ao Brasil.

Mineiro de Bocaiúva e amigo pessoal de Juscelino Kubitschek, o ministro Alkmin não foi o único “malogro da Conferência de Buenos Aires”, como foi denominado o ocorrido no *Jornal do Brasil*.⁵² Outro episódio contribuiu para tornar o evento ainda menos favorável aos interesses brasileiros: o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, que também chefiava a delegação norte-americana, antecipou seu retorno a Washington, abandonando a conferência antes do término. Como destacou o editorial do *Diário da Noite*, esse gesto representou o virtual “fim da Conferência Econômica Interamericana”. A saída antecipada do representante norte-americano sinalizava a continuidade da postura de negligência dos Estados Unidos em relação à América Latina no período pós-Segunda Guerra Mundial.

Nessa conjuntura, as relações dos Estados Unidos com o continente se caracterizaram pelos poucos financiamentos aprovados para os países dessa última região por parte dos governos estadunidenses. A perspectiva da ocasião era a recuperação da Europa e Ásia que pelo contexto do pós-guerra (Plano Marshall), quer pela proximidade geográfica com a União Soviética - pareciam mais expostas a influência comunista sendo prioridade na agenda de ajuda externa dos Estados Unidos.⁵³

Nos debates conduzidos pelas delegações brasileira e argentina durante a Conferência de Buenos Aires, esse desequilíbrio recebeu atenção significativa. Em declaração escrita à imprensa, o ministro Alkmin afirmou que sua participação no evento visava reforçar a solidariedade pan-americana sob a perspectiva econômica. Para o ministro, as relações interamericanas deveriam ser consideradas de uma forma mais dinâmica a fim de corrigir as deficiências. Seguiu em mesma direção o discurso inaugural, do ministro da Fazenda argentino, Adalberto Krieger (1920-2001), que em um

⁵¹ Adriana Carlin Álvarez, Los años que vivimos en pandemias: La poliomielitis, la Gripe Asiática y la Gripe de Hong Kong. Semejanzas y diferencias con el Coronavirus (Argentina 1957-2020), Universidad Nacional de General Sarmiento. Instituto de Desarrollo Económico y Social; *Prácticas de oficio*; 1; 25; 1-12-2020; 3-16, p. 7-11, p.6.

⁵² *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 ago.1957, p. 1.

⁵³ Silvana Aline Soares Simon, Juscelino Kubitschek e a operação pan-americana (1956-1961), *Universitas: Relações Internacionais* 10, no. 1 (6 set. 2012): 139-150, <https://doi.org/10.5102/uri.v10i1.1749>.

“resumo do dilema continental”, frisou que os investimentos norte-americanos na América latina eram insuficientes e que na última década teriam atingido “somente 202 milhões de dólares anuais”.⁵⁴

Como observou Silva (1992), durante o evento, a delegação brasileira atuou em total harmonia com as propostas da política externa do governo de Juscelino Kubitschek, buscando defender os ideais pan-americanos e esforçando-se para manter a harmonia continental, essencial para o completo desenvolvimento da América Latina.⁵⁵ Na ocasião, a delegação brasileira recomendou ao Conselho Interamericano Econômico e Social que estabelecesse contato com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) para participar dos estudos voltados à criação do mercado regional latino-americano. Como observamos no discurso do ministro da Fazenda argentino, o seu país também seguia na mesma direção.

Durante a Conferência de Buenos Aires foi perceptível a primazia de apontamentos oriundos da CEPAL. Esse órgão fundado em 1947 esteve sob a liderança do economista argentino Raúl Prebisch (1901-1986) e sob a influência de seu pensamento se tornou uma matriz política de peso para a América Latina.⁵⁶ Segundo o economista brasileiro, Celso Furtado, a CEPAL representou um esforço intelectual com o objetivo de pesquisar os problemas do continente e procurar os argumentos necessários para sustentar a tese da industrialização com auxílio do Estado. Além disso, para Furtado a referida comissão foi um contraponto à influência norte-americana, com estes até se colocando contra a sua criação, para não terem uma concorrência contra a Organização dos Estados Americanos.⁵⁷

Um exemplo da tensão entre os dois órgãos pode ser evidenciado em um artigo do jornal *Diário do Paraná*, onde lê-se que Presbisch, estava de passagem por Buenos Aires na ocasião da Conferência da OEA e não teria sido convidado para assistir o evento. O editorial atribuiu o fato “a rivalidade existente entre a OEA e a CEPAL”.

⁵⁴ *Diário do Paraná*, Curitiba, 17 ago. 1957, p. 4.

⁵⁵ Alexandra de Mello Silva, Desenvolvimento e Multilateralismo: Um Estudo sobre a Operação Pan-Americana no Contexto da Política Externa de JK, *Contexto Internacional* 14, no. 2 (1992): 209-239.

⁵⁶ A CEPAL foi um centro de formação de economistas para todo o continente, sendo a principal referência desse saber científico na região por um bom período. Muitos dos nomes que foram ganhando peso, como Celso Furtado, Ignácio Rangel, Aldo Ferrer, Aníbal Pinto, etc., passaram pela Comissão em algum momento. Lucas Souto Maior Gonçalves de Carvalho. *Luta pelo futuro: o Nordeste na mira do desenvolvimento (1955-1963)* (Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas do Programa de Pós-Graduação em História, 2019, p. 5.

⁵⁷ Celso Furtado, *A Comissão Econômica para a América Latina* (1988). In *Essencial*, São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013, p. 85.

Segundo o artigo: Os jornalistas, insistiam em perguntar a opinião dos delegados com relação ao comércio com o Oriente⁵⁸. Na maioria dos casos, a resposta é favorável à liberdade irrestrita de trocas.⁵⁹

Com notória repercussão na imprensa brasileira, a Conferência de Buenos Aires foi destaque no jornal carioca *Imprensa Popular* que era vinculado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). No impresso foi frisado que o povo brasileiro estaria ameaçado se as delegações que representavam o país no evento aceitassem “arranjos entreguistas”. Para o redator do impresso, as conferências interamericanas vinham sendo “geralmente assinadas pela conclusão de tratados e acordos, que significavam novos grilhões para o nosso país”. As delegações que nos representam “já vão para os encontros dispostas a novas entregas aos Estados Unidos em troca de algumas mesquinhas concessões”. O jornal criticou ainda a postura dos Estados Unidos, que, embora falassem “muito em panamericanismo, em solidariedade continental”, sob tal bandeira, praticavam “a política de domínio na América Latina”. Portanto, conclui o texto, “as exigências do interesse nacional eram a resistência ao imperialismo norte-americano e a solidariedade na luta pela emancipação econômica dos povos da América Latina.”⁶⁰

No editorial de *O Jornal*, por sua vez, foi destacado que “por muitas circunstâncias” o Brasil seria um “mediador natural” no aspecto político como no econômico. Segundo o periódico, o ministro da Fazenda brasileiro teria correspondido “perfeitamente as concepções da política pan-americana do nosso país e ao interesse de evitar que em Buenos Aires tantos esforços já feitos, no sentido da consolidação do interamericanismo, viessem a ser prejudicados”. A nota se encerrou indicando que Alkmin teria dado provas da fidelidade à tradição da nossa diplomacia.⁶¹

⁵⁸ *Diário do Paraná*, Curitiba, 17 de ago, p. 4.

⁵⁹ De fato, a atenção dos EUA para a América Latina estava dispersa. Segundo Stanley Hilton (2017) o auge da relação Brasil-EUA teria ocorrido na Segunda Guerra Mundial. Contudo, findo o conflito, a reconstrução da Europa e a proteção aos países asiáticos – mais próximos geograficamente da URSS e, portanto, da sua influência, capitalizaram os esforços e recursos estadunidenses. Além disso, nos anos do pós-guerra as autoridades brasileiras operacionalizavam ainda dentro da estrutura de Guerra, esse aspecto, fazia com que as solicitações brasileiras a fim de angariar recursos junto ao EUA, por exemplo, não cumprissem requisitos técnicos e ao cabo não consolidasse. Esse aspecto, por sua vez, mobilizou características peculiares da política externa brasileira que foram muito bem analisadas por Vizentini. Sérgio Eduardo Hilton, “Os Estados Unidos, o Brasil e a Guerra Fria, 1945-1960: fim do relacionamento,” *Revista do Serviço Público* 39, no. 4 (2017): 109-126 e Paulo Vizentini. *Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964)*. In *O Brasil republicano*, editado por Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado, 195-216. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁶⁰ *A Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 13 ago. 1957, p.3.

⁶¹ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 ago. 1957:

No *Jornal do Brasil*, foi destaque que o ministro Alkmin, antes de cair de cama com a gripe, teria feito um discurso pitoresco a respeito dos bons resultados colhidos pela política financeira em execução no governo de Juscelino Kubitschek. Contudo, sugeriu o jornal, o panorama financeiro apresentado pelo ministro durante o evento talvez estivesse inspirado na beleza de Buenos Aires, já que, em território brasileiro, a situação tinha “forte colorido dramático”. Prossegue a descrição do impresso:

[...] a inflação não foi contida como proclamou no seu discurso continental. As emissões continuam em ritmo ininterrupto, visíveis os seus efeitos sobre o encarecimento da vida, não só nos grandes centros, como no *interland*, sendo que naqueles os fenômenos se apresentam agravando com o impacto dos sem-trabalho que aumentaram bastante nos dias de ausência do ministro da fazenda.⁶²

Na mesma direção, destacou o jornal *Tribuna da Imprensa*: apesar da conferência ter debatido os problemas econômicos e comerciais do continente, era preciso “vencer os obstáculos” da nossa própria crise.⁶³ Em outra edição do mesmo jornal, foi afirmado que Maurício Medeiros – ministro da Saúde – pediu a Alkmin que ficasse em Buenos Aires, em quarentena. O editorial afirmava: “bastasse ele sem gripe o mal tremendo que fazia com as finanças do país.”⁶⁴

A gripe do ministro da Fazenda também foi destacada no jornal *O Globo* e no *Jornal do Comércio*. Por meio de uma conversa de telefone, Alkmin, na Argentina, gripado, esperando ordens médicas para retornar ao país, afirmou que na conferência da OEA as informações sobre a abertura de créditos para o Brasil eram controversas. Segundo o ministro não havia uma posição declarada da delegação dos Estados Unidos no que se referia a questões de financiamento.⁶⁵

O editorial do *Diário do Paraná* afirmou que a “ducha fria da conferência”, teria sido o regresso antecipado de Anderson, já citado chefe da delegação estadunidense.⁶⁶ No *Correio da Manhã*, a participação brasileira na Conferência da OEA também não foi

⁶² *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 ago. 1957, p. 3.

⁶³ *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 5 set. 1957, p. 6.

⁶⁴ *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 29 ago. 1957, p.4.

⁶⁵ *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 31 ago. 1957, p. 3.

⁶⁶ *Diário do Paraná*, Curitiba, 17 ago. 1957, p.4.

vista positivamente. No jornal foi destacado que a viagem do ministro da Fazenda “começou com a notícia de um empréstimo de 100 milhões de dólares e terminou com um surto de gripe asiática”⁶⁷.

A variedade de discursos relacionando a gripe asiática, ao adoecimento do ministro da Fazenda e o desenrolar da participação brasileira no evento da OEA em um contexto de importante debate sobre a política externa do país, abriu espaços para o uso da doença como metáfora na cena política brasileira. Essas representações da doença evocando analogias e alusões à aspectos sociais e políticos que se pretendia depreciar ou estigmatizar corrobora com os apontamentos de Hochman (2021) - que utilizando o conceito de framing de Rosenberg (1992), afirma que a epidemia de 1957, via imprensa, se tornou uma moldura a conformar o debate público e a vida social brasileira em um período em que se sobressaíam discursos da Guerra Fria e pela ampla participação de atores políticos.⁶⁸ Ao mesmo tempo em que foi emoldurada, a gripe de 1957 também se tornou uma moldura para diversas situações da vida social, ao ter sido associado ao malogro, isto é, aparente fracasso de Juscelino Kubitschek em relação a sua política externa com os Estados Unidos.

Outro ponto importante, refere-se aos acontecimentos durante o evento da OEA, que indicam, como destacou Moura (1991), que o Brasil não teve um alinhamento “simples e automático” com os EUA. Conforme esse autor, em termos de política externa, o período de 1956-61 pode ser caracterizado por uma política externa matizada, complexa, cheia de ambiguidades, fragilidades, descompassos e contradições. No âmbito político-diplomático, o alinhamento com o bloco ocidental é observado até 1958. Em março desse ano, a partir de correspondências trocadas entre o presidente brasileiro e estadunidense, teve início a chamada Operação Pan-Americana (OPA).

Iniciativa brasileira, a OPA procurava romper com uma situação de preferência de outras regiões por parte dos Estados Unidos em relação a América Latina. A perspectiva era a de assegurar recursos para um certo modelo de desenvolvimento econômico que buscou tirar proveito do contexto externo da Guerra Fria para

⁶⁷ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 31 ago 1957, p.3.

⁶⁸ Hochman, "A gripe asiática vem aí!"

capitanear recursos para sua subsistência – esse aspecto foi bem analisado por Vizontini (1996)⁶⁹. Para a gestão de Juscelino Kubitschek a pauta era importante, pois havia consciência da necessidade de financiamento externo para a execução de suas metas de governo e, já no ano 1957, se apresentavam os primeiros desafios, tais como: dificuldades de atração de investimentos externos somadas a desaceleração do crescimento e da progressiva queda das receitas de exportações do principal produto brasileiro no período, o café.⁷⁰ A despeito dessas dificuldades, a construção de Brasília seguia a todo vapor. Repercutiam-se ainda as recomendações de medidas cada vez mais austeras vindas do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Greves espalhavam-se por todo país, a movimentação das populações das áreas rurais seja se organizando a fim de reclamarem seus direitos – com as Ligas Camponesas e outros movimentos sociais no Nordeste, por exemplo, ou migrando, fugindo da fome, da violência e da exclusão ao acesso à terra, estavam cada vez mais difíceis de contornar. Dessa forma, o ambicioso plano de metas cuja execução esteve assente em três pontos principais: (1) atração de capital estrangeiro; (2) ampliação da participação do setor público; e (3) estímulo às inversões privadas. Via-se cada vez mais comprometido.⁷¹

Foi nessa conjuntura que, Juscelino Kubitschek abriu margem para uma nova fase de relacionamento com os Estados Unidos, marcando aspectos da política externa brasileira, sinais de busca por uma nova postura já podiam ser vistos, como analisamos anteriormente, durante a conferência da OEA na Argentina. Com a Operação Panamericana, segurança nacional e desenvolvimento, embasavam o argumento de que as mazelas causadas pelo subdesenvolvimento seriam fatores de instabilidade política para os governos democráticos. Essa iniciativa multilateral teve o seu ápice com a Política Externa Independente (PEI).

⁶⁹ Descrevendo o pano de fundo internacional da política externa durante o governo JK, o autor afirma que no plano internacional teria ocorrido as primeiras fissuras no comando das superpotências da Guerra Fria além de uma afirmação vigorosa de independência política de um número crescente de nações do mundo subdesenvolvido, especialmente, ex colônias europeias. Alinhamento as grandes potências deixava de ser uma regra absoluta da política internacional no plano regional, um rígido domínio político e a imposição de uma visão de segurança hemisférica por parte dos EUA começava a se acentuar. Paulo Vizontini, "Desenvolvimento e segurança na Ásia-Pacífico: Problemas e perspectivas, da Pax Americana ao pós-guerra fria," Indicadores Econômicos FEE 23, no. 4 (1996): 180-200.

⁷⁰ Vanessa Lima Costa Silva. *Da Operação Pan-Americana aos entendimentos de Uruguai: as relações Brasil-Argentina (1958-1962)*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

⁷¹ Eduardo Moreira Thomé e Ivan Colangelo Salomão, De sonhos e fracassos: a influência do cenário externo sobre o Plano de Metas, *Reflexões Econômicas* 3, no. 2 (2017): 1–22, <https://doi.org/10.36113/rec.v3i2.2039>.

Em 28 de maio de 1958, o presidente brasileiro Juscelino Kubitschek enviou uma correspondência oficial ao presidente dos Estados Unidos, o republicano Dwight D. Eisenhower (1890–1969), que governava o país desde 1953. Na carta, Kubitschek procurou chamar a atenção para as condições precárias vividas pelos povos latino-americanos e chegou a sugerir uma ampla revisão da política externa norte-americana para com a América Latina. A proposta envolvia a adoção de um conjunto de diretrizes e políticas voltadas à superação do subdesenvolvimento na região.

Segundo Silva, Juscelino Kubitschek soube catalisar politicamente os acontecimentos ocorridos em algumas cidades sul-americanas, por ocasião da vinda do vice-presidente estadunidense – Richard Nixon (1913–1994) – a Argentina para a posse de Arturo Frondí. Após essa ocasião, Nixon aproveitou para visitar outras capitais da América do Sul, como objetivo de reforçar as relações com a região. Entretanto, ele enfrentou certa hostilidade e várias manifestações contrárias. Em Lima e Caracas, respectivamente, capitais dos países sul-americanos Peru e Venezuela, ocorreram violentas manifestações populares contra a sua presença, forçando com a sua comitiva, suspender a viagem.⁷²

Sobre esses episódios, o *Jornal do Comércio* destacou que o vice-presidente dos Estados Unidos, teria declarado em entrevista à televisão estadunidense que a viagem à América do Sul havia convencido certos chefes de governo do real perigo comunista em seus países. Para o vice presidente, os comunistas haviam “mostrado as suas cartas” ao organizarem manifestações contra a sua pessoa.⁷³ Esses acontecimentos evidenciaram o crescente sentimento antiamericano na região e serviram de contexto para a iniciativa diplomática de Kubitschek. Em sua correspondência, o presidente brasileiro lamentou os episódios e afirmou que tais manifestações prejudicavam a unidade americana e enfraqueciam a causa da democracia – evocando, assim, a retórica da segurança continental.

O Brasil buscou apoio dos demais países do hemisfério sul para que, unidos, pudessem obter maiores vantagens em suas relações com a potência do Norte. Para Silva (2005), a cooperação internacional dos países latino-americanos buscava ampliar

⁷²Silva, *Da Operação Pan-Americana aos entendimentos de Uruguiana*, 2005.

⁷³ *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 30 jun. 1958 e 1 jul. 1958, p.1.

o enfoque, que antes era exclusivamente bilateral com os Estados Unidos para âmbito regional, procurando fortalecer as economias da região. No contexto em que a Operação Panamericana se estabelecia, alguns países da América Latina, como Argentina e Brasil, encontravam-se sob governos democraticamente eleitos e investiam no desenvolvimento de projetos nacionais semelhantes que colocava grandes possibilidades de interação. Além disso, compartilhavam a premissa de que para a formulação das políticas econômicas voltas para o desenvolvimento de seus respectivos países era indispensável a ajuda financeira dos Estados Unidos. Um resultado direto da iniciativa da OPA foi a visita ao Brasil do então secretário de Estado norte-americano, John Foster Dulles (1888–1959), em agosto de 1958.⁷⁴

A OPA foi também uma tentativa de ampliar a influência e (re) posicionar o Brasil no hemisfério americano. Juscelino Kubitschek, utilizando os argumentos principais em pauta no cenário da Guerra Fria, buscou sensibilizar o governo norte-americano para o perigo de uma possível penetração do comunismo na região, apresentando-se como uma vertente desenvolvimentista possível para as nações subdesenvolvidas da América Latina. O presidente brasileiro tentava incrementar os investimentos e o patrocínio dos Estados Unidos com o intuito de promover e de garantir o projeto nacional-desenvolvimentista do Brasil.⁷⁵ Ao mesmo tempo, o governo brasileiro reivindicava uma participação maior na política internacional do continente.

Silva (2005) traça um resumo da operação que também teve críticos⁷⁶. Segundo a autora, a perspectiva multilateral da proposta brasileira não agradava aos Estados Unidos. Esse último país considerava os problemas da América Latina associados exclusivamente com o comunismo. Desse modo, deixavam de lado qualquer proposta de financiamento do desenvolvimento interno e de promoção da industrialização. Por

⁷⁴ Silva, *Da Operação Pan-Americana aos entendimentos de Uruguaiana*, 2005, p. 44.

⁷⁵ Simon, *Juscelino Kubitschek e a operação pan-americana*, 2012.

⁷⁶ A autora cita vários exemplos de críticas. Consideramos o caso de alguns diplomatas, que percebiam o encaminhamento inicial da OPA trazia um caráter personalista e publicitário, o que sinalizava uma diplomacia paralela, liderada pelo presidente, sem se reportar ao Itamaraty. Alguns deles, como o chanceler Macedo Soares, consideram a proposta da OPA uma ameaça às relações Brasil- EUA. Para eles, a proposta poderia gerar ambiguidades e dificultar o relacionamento não só com o Brasil, mas com todo o continente. O conteúdo político da proposta encontrava oposições, sobretudo, pelo seu viés multilateral de cunho hemisférico, que preconizava o fortalecimento das relações entre os países da América Latina e uma atitude mais incisiva dos EUA. Isso diferia notavelmente da tradicional política externa brasileira, inclusive durante o governo de Getúlio Vargas, anterior a JK. Essa é apontada como uma das razões pelas quais o ministro das Relações Exteriores, Macedo Soares, pediu exoneração do cargo e foi substituído por Francisco Negrão de Lima, em julho de 1958. Silva, *Da Operação Pan-Americana aos entendimentos de Uruguaiana*, 2005, p. 54.

conta dessa conjuntura, os resultados recorrentes da Operação Panamericana não foram os desejados pela delegação brasileira e pelas delegações da região.⁷⁷

Silva argumenta ainda sobre um princípio de flexibilidade na política externa norte-americana para a América Latina que fica inicialmente evidenciado, quando os Estados Unidos aceitam, em parte, os postulados contidos na proposta brasileira, da OPA, os quais buscavam estabelecer uma relação entre desenvolvimento e segurança. O primeiro passo foi aceitar que as condições de subdesenvolvimento das economias latino-americanas geravam instabilidade política, o que abria espaço para penetração de ideologias estrangeiras no sistema interamericano. O segundo passo foi tentar obter um consenso, entre os governos da região, em torno da solidariedade americana, por meio da condição do conflito Estados Unidos e Cuba para o âmbito da Organização dos Estados Americanos. O terceiro, que se iniciou no governo de Eisenhower (Fundo para o Progresso Social), e teve continuidade no Governo Kennedy (Aliança para o Progresso) foi, finalmente, o de oferecer ajuda econômica e financeira aos países latino-americanos.⁷⁸

Em direção semelhante, os autores Cervo e Bueno (2008), indicam que a OPA não teve resultados concretos e se configurou mais como uma intenção.⁷⁹ Entretanto, como Silva chama atenção, a despeito dos seus resultados concretos, o lançamento da OPA serviu como forte fator de mobilização, por parte dos países do continente. A autora destaca ainda que houve uma sensível mudança no posicionamento dos Estados Unidos em relação a América Latina. Haja vista que a partir de seu lançamento inúmeras reuniões, conferências, debates, assinaturas de declarações e troca de cartas, além de vigorosa produção de documentos relativos a situação econômica de países da América latina – destaque as relações Brasil Argentina que foram tema de sua tese.⁸⁰

Um dos argumentos que sustentavam a Operação Panamericana era a premissa de que desenvolvimento econômico e o consequente fim da miséria seriam as melhores formas de combater a penetração do socialismo.⁸¹ É, sobretudo, nessa perspectiva que em meio ao engajamento do presidente Juscelino Kubitschek para a consolidação de

⁷⁷ Silva, *Da Operação Pan-Americana aos entendimentos de Uruguiana*, 2005, p. 60.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 69.

⁷⁹ Luiz Alberto Moniz Cervo e Clodoaldo Bueno, *História da política exterior do Brasil* (Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008).

⁸⁰ Silva, *Da Operação Pan-Americana aos entendimentos de Uruguiana*, 2005, p. 54.

⁸¹ Simon, *Juscelino Kubitschek e a operação pan-americana*, 2012, p. 145.

sua iniciativa continental, a região do país elencada como uma das prioridades foi o Nordeste, dado sua acentuada crise social marcada pelo êxodo para o centro sul do país e por desigualdades como pouca renda e alta concentração latifundiária. Nesse quadro, em relação ao avanço da gripe de 1957, a epidemia encontrou o país condições materiais que acentuariam ainda mais o quadro dramático, especialmente no Nordeste, como questões de ordem política para a manutenção de um programa de desenvolvimento que priorizava crescimento econômico via industrialização.

A “geografia da gripe” de 1957 atingiu duramente as favelas do Rio de Janeiro e estados nordestinos como o Ceará e o Maranhão, como foi destacado pela imprensa brasileira. A epidemia revelou que as pessoas temiam e morriam não apenas em decorrência da doença, mas também da fome – essa última, segundo Andrade e Freitas (2024), marca fundamental da história republicana brasileira.⁸² Nesse sentido, a gripe de 1957 contribuiu para evidenciar as mazelas sociais do país e, somada a outros fatores, mobilizou o governo Juscelino Kubitschek a buscar novas formas de enfrentar os problemas regionais.

Além da crise epidêmica, o ano de 1958 foi marcado por uma intensa estiagem na região do Polígono das Secas, que abrangia o Nordeste e partes dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, afetando, apenas na porção nordestina, aproximadamente meio milhão de pessoas. Diante desse cenário dramático, e já nos últimos anos de seu mandato, o presidente da República deu início à chamada “Operação Nordeste”, que culminaria, em 1959, com a criação de uma autarquia regional voltada para o desenvolvimento da região: a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Na história sobre esse período, a dramaticidade do episódio de 1957 foi abafada pela busca do desenvolvimento que, sobretudo, com Juscelino Kubitschek, priorizou hierarquizar os interesses econômicos e sociais envolvidos nesse processo a partir da ênfase em crescimento econômico por meio da industrialização. A gripe asiática que ocupara a agenda sanitária brasileira durante meses em 1957 foi se retirando do noticiário, das manifestações de políticos, médicos e autoridades públicas e pouco se

⁸²Rômulo de Paula Andrade e Gabriele Carvalho de Freitas, "Fome, um passado inacabado: historiografia, tempo presente e desigualdade no Brasil," *Revista Tempo e Argumento* 16, no. 41 (2024): e0201, <https://doi.org/10.5965/2175180316412024e0201> (acessado em 15 de maio de 2025).

sabe sobre os surtos em anos seguintes e suas sequelas na sociedade brasileira. O país assistiu mudanças em nível de governo, no ano de 1958, os ministros Alkimin e Medeiros deixavam, respectivamente, as pastas da Fazenda e da Saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gripe de 1957 chegou ao Brasil pelas páginas dos jornais, antes mesmo de o vírus começar a circular no território nacional. Como destacou Hochman (2021), foi também por meio desses mesmos veículos que a pandemia rapidamente submergiu enquanto evento político e social – mesmo que sua materialidade biológica tenha persistido por alguns anos.⁸³ A história da epidemia de 1957 no Brasil é mais uma mostra de que durante epidemias mais do que as tecnologias disponíveis, é preciso considerar aspectos que, em cada conjuntura, seguem contribuindo para aumentar exponencialmente os efeitos da doença sobre alguns segmentos da população. A pandemia expôs fraturas da sociedade brasileira do período: sua precariedade econômica e sanitária, especialmente, no Nordeste que sofria acentuada crise social diante o conjunto de relações de suas elites locais e o controle de elementos essenciais como fontes de água e a terra. Esse cenário agravava a pobreza, relegando as populações a fome e a crescente migração.

Deve-se considerar, nesse contexto, o sistemático abuso ambiental impulsionado por uma busca desenfreada pelo desenvolvimento. No Brasil, práticas como o desmatamento para a construção de ferrovias, rodovias e outras infraestruturas destinadas a intensificar a integração do país e a exploração do meio biofísico foram amplamente incentivadas durante o governo de Juscelino Kubitschek. Essas iniciativas estavam em sintonia com o projeto de crescimento industrial então vigente e contribuíram para inserir o Brasil na história da Grande Aceleração⁸⁴. No entanto, seus efeitos não se limitaram aos resultados esperados, estendendo-se também à expansão de doenças.⁸⁵

⁸³ Hochman, "A gripe asiática vem aí!", 2021.

⁸⁴ José Augusto Pádua, Localizando a história do Antropoceno: O caso do Brasil, *Os mil nomes de Gaia: do Antropoceno à Idade da Terra*, 187-217 (2022).

⁸⁵ Rômulo de Paula Andrade, "Uma floresta cheia de vírus!" Ciência e desenvolvimento nas fronteiras amazônicas, *Revista Brasileira de História* 39, no. 82 (2019): 19-42.

Por fim, cabe enfatizar que o enfoque da história ambiental e das doenças na análise da epidemia de 1957 corrobora com a perspectiva de que a história humana não ocorre acima do mundo, no que Pádua (2023) define como uma abordagem “flutuante”. Pelo contrário, ela se dá através da materialidade do mundo, inter-relacionada com o mundo. Assim, discutir uma epidemia esquecida e sua relação com a política brasileira é, portanto, pensar o movimento da sociedade brasileira “no contexto de territórios cheios e coloridos pela diversidade de seres vivos que existem concretamente nos diferentes espaços do planeta”.⁸⁶ E isso inclui os vírus, espécies companheiras⁸⁷ com os quais compartilhamos o mundo. Portanto, o estudo buscou refletir para além da patogenicidade dessa entidade biológica⁸⁸, destacando as interações sociais, econômicas e políticas. Como destacou Silveira e Nascimento (2004), a história das epidemias será sempre mais instigante quando ampliar nossas percepções sobre a interação entre dimensões biológicas, econômicas, sociais, políticas e culturais, quando de uma visão particular nos fizer mover para perspectivas mais amplas e abrangentes.⁸⁹

REFERENCIAS

Andrade, Rômulo de Paula, e Gabriele Carvalho de Freitas. "Fome, um passado inacabado: historiografia, tempo presente e desigualdade no Brasil." *Revista Tempo e Argumento* 16, no. 41 (2024): e0201. <https://doi.org/10.5965/2175180316412024e0201>. Acessado em 15 de maio de 2025.

Andrade, Rômulo de Paula. “Uma floresta cheia de vírus!” *Ciência e desenvolvimento nas fronteiras amazônicas. Revista Brasileira de História* 39, no. 82 (2019): 19-42.

Álvarez, Adriana Carlin. "Los años que vivimos en pandemias: La poliomielitis, la Gripe Asiática y la Gripe de Hong Kong. Semejanzas y diferencias con el Coronavirus (Argentina 1957-2020)." *Universidad Nacional de General Sarmiento. Instituto de Desarrollo Económico y Social; Prácticas de oficio* 1 (2020): 3-16.

⁸⁶ José Augusto Pádua, "Pensar a história em territórios cheios: a importância do conceito de biomas brasileiros," *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro) 36 (2023): 542-556.

⁸⁷ Donna Haraway, *The Companion Species Manifesto: Dogs, People, and Significant Others* (Chicago: Prickly Paradigm, 2003).

⁸⁸ Francisco Prosdócimi e Sérgio Tavares de Farias, "Vírus: reinterpretando a história natural e sua importância ecológica," *Revista Helius* 3, no. 2, fasc. 3 (2021): 1791-1811.

⁸⁹ Anny Jackeline Torres da Silveira e Dilene Raimundo do Nascimento, "A doença revelando a história: uma historiografia das doenças." In *Uma história brasileira das doenças*, organizado por Dilene Raimundo do Nascimento e Diana Maul de Carvalho, 21-46. Brasília: Paralelo 15, 2004.

Bauer, Caroline Silveira, e Fernando Felizardo Nicolazzi. "O historiador e o falsário: Usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea." *Varia Historia* 32, no. 60 (2016): 807–835.

Brandão, Helvécio. *Capacidade protetora da vacina contra a gripe asiática*. Provimto de cátedra, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1958. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000726854>. Acessado em 14 maio 2024.

Bresalier, Michael. "Uses of a Pandemic: Forging the Identities of Influenza and Virus Research in Interwar Britain." *Social History of Medicine* 25, no. 2 (2012): 400–424.

Buckley, Eve E. *Tecnocratas e a política de seca e desenvolvimento no Brasil do século XX*. Traduzido por Cynthia Costa. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2021.

Carvalho, Lucas Souto Maior Gonçalves de. *Luta pelo futuro: o Nordeste na mira do desenvolvimento (1955–1963)*. Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas do Programa de Pós-Graduação em História, 2019.

Cantarino da Costa, Ligia Maria. *Avaliação do sistema de vigilância epidemiológica da influenza no Brasil, 2010–2013*. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Faculdade de Ciências da Saúde, 2015.

Castro Abreu Júnior, José Maria de. *O vírus e a cidade: rastros da gripe espanhola no cotidiano da cidade de Belém (1918)*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2018.

Cervo, Luiz Alberto Moniz, e Clodoaldo Bueno. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

Costa Silva, Vanessa Lima. *Da Operação Pan-Americana aos entendimentos de Uruguaiana: as relações Brasil-Argentina (1958–1962)*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

Cueto, Marcos. "La 'cultura de la sobrevivencia' y la salud pública internacional en América Latina: la Guerra Fría y la erradicación de enfermedades a mediados del siglo XX." *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* 22, no. 1 (2015): 255–273.

Furtado, Celso. *A Comissão Econômica para a América Latina (1988)*. In *Essencial*, São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

Gonçalves de Carvalho, Lucas Souto Maior. *Luta pelo futuro: o Nordeste na mira do desenvolvimento (1955–1963)*. Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas do Programa de Pós-Graduação em História, 2019.

Haraway, Donna. *The Companion Species Manifesto: Dogs, People, and Significant Others*. Chicago: Prickly Paradigm, 2003.

Hochman, Gilberto. "O Brasil não é só doença': O Programa de Saúde Pública de Juscelino Kubitschek." *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* 16 (2009): 313–331.

———. "A gripe asiática vem aí!': Crônica de uma pandemia antes de sua chegada (Brasil, 1957)." *Revista Ciencias de la Salud* 19, SPE (2021): 1–22.

Hochman, Gilberto, e Anne-Emanuelle Birn. "Pandemics and Epidemics in Historical Perspective: An Introduction." *Topoi* (Rio de Janeiro) 22 (2021): 577–587.

Lemos, Daniela Rocha Queiroz. *Cenários de pandemia de Influenza A (H1N1) 2009 no Ceará: padrões de morbimortalidade*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará, 2013.

Moniz Cervo, Luiz Alberto, e Clodoaldo Bueno. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

Oliveira, Estela, et al. "H1N1, revisão literária a respeito do histórico da existência do vírus e seu impacto na atualidade." *Ensaio e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde* 17, no. 1 (2013): 97–108.

Pádua, José Augusto. "Localizando a história do Antropoceno: O caso do Brasil." *Os mil nomes de Gaia: do Antropoceno à Idade da Terra*, 187–217. 2022.

Pádua, José Augusto. "Pensar a história em territórios cheios: a importância do conceito de biomas brasileiros." *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro) 36 (2023): 542–556.

Prosdocimi, Francisco, e Sérgio Tavares de Farias. "Vírus: reinterpretando a história natural e sua importância ecológica." *Revista Helius* 3, no. 2, fasc. 3 (2021): 1791–1811.

Rosenberg, Charles E. *Explaining Epidemics and Other Studies in the History of Medicine*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

Silva, Alexandra de Mello. *Desenvolvimento e Multilateralismo: Um Estudo sobre a Operação Pan-Americana no Contexto da Política Externa de JK*. *Contexto Internacional* 14, no. 2 (1992): 209–239.

Silva, Renato da. *Malária e Desenvolvimento: A Saúde Pública no Governo JK (1956–1961)*. Tese de doutorado, Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, 2008.

Silva, Renato da, e Carlos Henrique Assunção Paiva. "O Governo JK e o Grupo de Trabalho de Controle e Erradicação da Malária no Brasil: Encontros e Desencontros nas Agendas Brasileira e Internacional de Saúde, 1958–1961." *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* 22 (2015): 95–114.

Teixeira, Luiz Antonio, Tânia Salgado Pimenta, e Gilberto Hochman. "História da saúde no Brasil." In *História da saúde no Brasil*, 485–500. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018.

Torres da Silveira, Anny Jackeline, e Dilene Raimundo do Nascimento. "A doença revelando a história: uma historiografia das doenças." In *Uma história brasileira das*

doenças, organizado por Dilene Raimundo do Nascimento e Diana Maul de Carvalho, 21-46. Brasília: Paralelo 15, 2004.

Vizentini, Paulo. "Desenvolvimento e segurança na Ásia-Pacífico: Problemas e perspectivas, da Pax Americana ao pós-guerra fria." *Indicadores Econômicos FEE* 23, no. 4 (1996): 180-200.

———. *Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964)*. In *O Brasil republicano*, editado por Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado, 195-216. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Worster, Donald. "Para Fazer História Ambiental." *Estudos Históricos* 4, no. 8 (1991): 198-215.

The Asian flu and Juscelino Kubitschek's "Misfortune": History, Politics and a Forgotten Epidemic

ABSTRACT

This article examines how the 1957 influenza epidemic, known as the Asian flu, was linked to one of the most prominent ministries in the newly established government of Juscelino Kubitschek: the ministry of Finance. Drawing on analyses of Brazilian newspapers, official reports, scientific theses published during the epidemic, and a review of relevant historiography on epidemics, we argue that the pandemic was framed in specific ways by social and political processes connected to Brazil's developmental agenda in the 1950s. Reconstructing the history of the 1957 epidemic offers a means of broadening the historical understanding of this period in Brazil, which is often interpreted primarily through the political and economic lens of development.

Keywords: history of health, epidemic, Asian flu; Juscelino Kubitschek, development.

Recibido: 28/08/2024
Aprovado: 22/04/2025